



HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, concedeu a palavra ao eminente Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará, Dr. MANUEL PINHEIRO FREITAS, o qual rendeu suas homenagens à magistrada, tanto em caráter pessoal como institucional, destacando-lhe suas virtudes pessoais e profissionais, como a sua simplicidade, humildade e amor ao próximo, assim como sua atuação exemplar na magistratura, mormente na seara dos direitos das crianças e dos adolescentes, bem como em sua atuação às causas da população de rua, cujas pautas são de grande relevo para o Ministério Público Estadual. Na sequência, pronunciou-se o eminente Senhor Desembargador FRANCISCO GLADYSON PONTES, acostando-se, honrosamente, a todas as homenagens anteriormente prestadas, destacando que a magistrada é uma mulher de força, coragem, e fora uma juíza vocacionada e humana, qualidades abstraídas da sua personalidade. Na ocasião, agradeceu-lhe pela oportunidade de conviver com a magistrada no Poder Judiciário Cearense, e do apoio que esta lhe prestara, de forma incansável e sempre disponível, quando de sua gestão à frente da Presidência do TJCE, assim como perante as demais gestões que lhe sucederam. Em seguida, manifestou-se a Desembargadora SÍLVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA para agradecer pelo apoio que recebeu da Desembargadora homenageada quando chegou à capital para assumir a 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza. Na ocasião, agradeceu-lhe pela acolhida tão emocionada prestada aos sete Desembargadores que assumiram seus cargos no TJCE em 24 de março do ano de 2022. Após, manifestou-se o eminente Desembargador MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, que parabenizou a magistrada pelo término de sua jornada na magistratura cearense de forma brilhante, fazendo jus às honrosas e sábias palavras que lhe foram dirigidas pelos eminentes pares. Finalizou destacando que a magistrada que lhe proporcionou, em uma das sessões da Corte, uma das maiores experiências em sua carreira na magistratura. A Excelentíssima Desembargadora MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, falou em seguida, aduzindo que endossava todas as palavras dirigidas à magistrada, destacando sua exitosa trajetória na magistratura, e sua forma humana de atuação nas questões sociais, a exemplo das relativas à Infância e Juventude, demonstrando assim, sua importância perante a sociedade cearense. Agradeceu à magistrada pelos seus serviços prestados, em nome da gestão relativa ao biênio 2021-2023, enaltecendo-a também pela sua atuação recente nas questões do meio ambiente, ocasião em que lhe rendeu votos de felicidades junto a sua família. Na sequência, fora concedida a palavra ao Excelentíssimo Desembargador ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA que, inicialmente, agradeceu a magistrada pela forma que esta o recebeu na Corte, destacando sua atuação nas questões sociais. Agradeceu-lhe também por reconhecer os trabalhos realizados pelos demais Desembargadores(as), e lhe rendeu efusivas homenagens relativas a sua condição de magistrada, mulher e cidadã, como exemplo a ser seguido por todos. O Excelentíssimo Desembargador JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA, em seguida, rendeu suas homenagens, assinalando que fora uma honra ter conviado com a magistrada ao longo de sua jornada no Poder Judiciário Cearense, ocasião em que lhe desejou muitas felicidades. O Excelentíssimo Desembargador PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE, por sua vez, lamentou não ter conviado com a magistrada, mas fez questão de realçar-lhe o caráter humanístico e sua competência. Agradeceu-lhe por tudo, e desejou-lhe votos de muitas felicidades. Empós, manifestou-se o eminente Desembargador CARLOS ALBERTO MENDES FORTE o qual lembrou a todos que fora contemporâneo de faculdade da magistrada, salientando que nutre pela homenageada profunda admiração, ocasião em que lhe rendeu votos de muitas felicidades e que carregue consigo as memórias de sua jornada na magistratura cearense. Na sequência, pronunciou-se o eminente Desembargador CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA aduzindo que quisera o destino que ele assumisse a 7ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza, em 1º de março de 1993, e que teve a oportunidade de instalar a 5ª Vara e 6ª Vara da Fazenda Pública de Fortaleza, ocasiões em que teve a oportunidade de conviver com a magistrada. Finalizou sua fala agradecendo, e desejando muitas felicidades à magistrada em sua nova fase da vida. Em seguida, manifestou-se a eminente Desembargadora JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA a qual teceu elogios à magistrada, realçando a sua carreira exitosa no Poder Judiciário Cearense, destacando-lhe sua lealdade, dignidade, companheirismo e sua qualidade de grande orientadora. Agradeceu-lhe, ademais, pela calorosa acolhida que recebera quando de seu ingresso na Corte, extensivo aos demais Desembargadores que assumiram na ocasião. No final, o eminente Desembargador Presidente facultou a palavra à homenageada, que ressaltou sua grande paixão pela magistratura cearense, e que se afastará da carreira cônica de que fez o melhor, dentro de suas possibilidades, no desempenho de suas funções. Relembrou sua vasta experiência nas comarcas do interior, inciando na Comarca de Tamboril e finalizando na de Tauá, e nesse sentido, pausando sua fala pela emoção, aduziu que uma de suas maiores emoções na magistratura fora de saudar sete Desembargadores na Corte, numa única sessão, por ocasião de suas posses. Ressaltou, por oportuno, as qualidades pessoais dos sete Desembargadores. Frisou, ademais, de outra grande emoção que pode fruir, fora a experiência que tivera, em uma sessão da Corte, juntamente com o eminente Desembargador MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO. Por último, fez deferências a cada um dos Desembargadores presentes, manifestando seu especial carinho por cada um. Salientou, ademais, que não cessará suas atividades por estar saindo da Corte, sobretudo em sua atuação em trabalhos sociais voluntários. Finalizando sua fala, citou uma poesia de um filósofo chinês do século IV a. C. : *“Me despeço do que vai, saúdo o que vem, pois o que vem não pode ser negado, e o que vai, não pode ser impedido, ele já foi feito.”* Agradeceu, bastante emocionada, por todas as palavras que lhe foram dirigidas na presente sessão. E, como nada mais houvesse a tratar, declarou-se encerrada a presente sessão, lavrando-se a presente Ata, a qual, lida e aprovada, vai assinada.

Fortaleza (CE), 30 de novembro de 2023.

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Secretário-Geral Judiciário

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO Nº 01/2024 –TJ

SESSÃO DO TRIBUNAL PLENO. Aos 12 (doze) dias do mês de janeiro do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às



(dezesesseis) 16 horas, realizou-se a sessão nº 01/2024, convocada mediante o **Edital nº 312/2023**, de 19 de dezembro de 2023, disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico Administrativo - DJEA de igual data, a realizar-se em formato híbrido (por meio de videoconferência, no link de acesso já utilizado para as sessões do Tribunal Pleno, e presencialmente, no auditório da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC), para o fim de empossar novos(as) Juízes(izas) substitutos(as), do Poder Judiciário do Ceará. **Presentes os Excelentíssimos Senhores Desembargadores:** ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES – PRESIDENTE, MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE, FRANCISCO GLADYSON PONTES, WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO, RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, MARIA EDNA MARTINS, JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA, MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA, SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE, FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO, CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, **JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO**, MARIA ILNA LIMA DE CASTRO, ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO, SILVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA, VANJA FONTENELE PONTES, JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO, CLEIDE ALVES DE AGUIAR (Juíza Convocada para compor o Tribunal até o preenchimento definitivo da vaga deixada pela Des. Maria Vilauba Fausto Lopes), MARIA REGINA OLIVEIRA CÂMARA (Juíza Convocada para compor o Tribunal durante a licença médica da Des. Rosilene Ferreira Facundo) e PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA (Juiz Convocado para compor temporariamente o Tribunal na vaga deixada pelo Des. Teodoro Silva Santos). **Ausentes, por motivo de férias, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores** MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, EMANUEL LEITE ALBUQUERQUE, FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO, FRANCISCO BEZERRA CAVALCANTE, LISETTE DE SOUSA GADELHA, PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO, TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES, LÍGIA ANDRADE DE ALENCAR MAGALHÃES, FRANCISCO CARNEIRO LIMA, HENRIQUE JORGE HOLANDA SILVEIRA, JANE RUTH MAIA DE QUEIROGA, ÂNGELA TERESA GONDIM CARNEIRO CHAVES e BENEDITO HELDER AFONSO IBIAPINA. **Ausentes, justificadamente, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores** FERNANDO LUIZ XIMENES ROCHA, PAULO FRANCISCO BANHOS PONTE, DURVAL AIRES FILHO, INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO, CARLOS ALBERTO MENDES FORTE, MARIA IRANEIDE MOURA SILVA, LUIZ EVALDO GONÇALVES LEITE, MÁRIO PARENTE TEÓFILO NETO, FRANCISCO MAURO FERREIRA LIBERATO, JOSÉ RICARDO VIDAL PATROCÍNIO, EVERARDO LUCENA SEGUNDO, FRANCISCO EDUARDO TORQUATO SCORSAFAVA, **DJALMA TEIXEIRA BENEVIDES e FRANCISCO JAIME MEDEIROS NETO. Ausente, por motivo de licença médica, a Excelentíssima Senhora Desembargadora ROSILENE FERREIRA FACUNDO.** Integraram a mesa as seguintes autoridades: Excelentíssimo Senhor Desembargador **ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; **Excelentíssimo Senhor Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA EDNA MARTINS, Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Ceará;** Excelentíssimo Senhor Desembargador RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; Excelentíssimo Senhor Desembargador FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, Presidente da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC; Excelentíssimo Senhor Desembargador WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO, Presidente da Comissão do Concurso; Excelentíssimo Senhor HALEY DE CARVALHO FILHO, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará; **Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal AGAPITO MACHADO, decano do Tribunal Regional Federal - TRF da 5ª Região;** Excelentíssima Senhora Juíza de Direito SOLANGE MENEZES HOLANDA, **Diretora do Fórum Clóvis Beviláqua e Excelentíssima Senhora Juíza de Direito HELGA MEDVED, Vice-Presidente da Associação Cearense dos Magistrados – ACM.** Registrada a participação de **forma presencial** dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores **ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, **Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará,** MARIA EDNA MARTINS, **Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Ceará,** WASHINGTON LUÍS BEZERRA DE ARAÚJO, RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS, JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA, MARIA DE FÁTIMA DE MELO LOUREIRO, SÉRGIO LUIZ ARRUDA PARENTE, FRANCISCO LUCIANO LIMA RODRIGUES, JORIZA MAGALHÃES PINHEIRO, CARLOS AUGUSTO GOMES CORREIA, SILVIA SOARES DE SÁ NÓBREGA, VANJA FONTENELE PONTES, JOSÉ LOPES DE ARAÚJO FILHO, Dra. CLEIDE ALVES DE AGUIAR - Juíza Convocada, Dra. MARIA REGINA OLIVEIRA CÂMARA - Juíza Convocada e Dr. PAULO DE TARSO PIRES NOGUEIRA - Juiz Convocado, e, de **forma remota**, dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores MARIA IRACEMA MARTINS DO VALE, FRANCISCO GLADYSON PONTES, LIRA RAMOS DE OLIVEIRA, MARLÚCIA DE ARAÚJO BEZERRA, MARIA DO LIVRAMENTO ALVES MAGALHÃES, **JOSÉ EVANDRO NOGUEIRA LIMA FILHO**, MARIA ILNA LIMA DE CASTRO, ANDRÉA MENDES BEZERRA DELFINO e ANDRÉ LUIZ DE SOUZA COSTA. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, declarou aberta a sessão solene de posse coletiva dos 14 novos Juízes Substitutos das Comarcas de Entrância Inicial do Poder Judiciário Cearense. Em seguida, foi ouvido a execução do Hino Nacional Brasileiro. Logo depois, o Desembargador Presidente convidou a Dra. **Ana Paula Hessmann Gonzalez**, para prestar seu compromisso de posse que foi repetido por todos os novos Juízes Substitutos, nos seguintes termos: “Juramento: Prometo bem desempenhar os deveres do cargo de Juiz Substituto da Comarca de entrância inicial, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e as Leis da União e do Estado”. Na sequência, o Desembargador Presidente declarou empossados os Juízes e Juíza Substitutos das Comarcas de Entrância Inicial do Poder Judiciário Cearense. Com a palavra, o Excelentíssimo Senhor Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO – Presidente da Comissão do Concurso, que em nome da Corte, e por designação da Presidência, fez saudação aos novos Magistrados, nos seguintes termos: *“Autoridades aqui presentes, Senhoras e Senhores: Inicialmente, registro que fui o presidente da comissão desse concurso, e que os primeiros juízes foram nomeados na minha gestão como presidente deste Egrégio Tribunal de Justiça. Talvez por isso, e certamente cativado pela distinção de ser escolhido para proferir a alocação de cumprimento e boas-vindas aos novos juízes, fui invadido por um sentimento de recordação. Veio-me à mente a minha própria imagem e dos demais colegas de concurso quando, há quase trinta e dois anos, participávamos da cerimônia de iniciação à magistratura. Éramos recebidos exclusivamente pelo Presidente do Tribunal de Justiça, o saudoso desembargador Carlos Facundo, que, em sua breve fala, ressaltava o fato de sermos oriundos da Advocacia e/ou do magistério, e concluía com um recado subliminar, porém peremptório: “você agora são juízes, vão para as suas comarcas e não tragam problemas para o Tribunal”. Na linguagem popular, se virem. Assim, fui assumir a minha primeira Comarca: Beberibe. As condições de trabalho destoavam da riqueza e beleza naturais que circundavam aquela sedutora paisagem litorânea. Não havia fórum na cidade e eu trabalhava, pode-se dizer que de favor, nos fundos de um Cartório. A comarca era desprovida de qualquer infraestrutura. Sem corpo de assessores e servidores, eu levava os processos para despachar e julgar em casa. Nessas três últimas décadas registro, com alegria no coração, que vivenciamos muitos e significativos avanços. A começar pela*



solenidade de ingresso. Antes restrita à Presidência, hoje a posse ocorre sob os auspícios do Tribunal Pleno. Diferentemente do que ocorria passos atrás, hoje o novel Juiz participa de um primoroso curso na Escola Superior da Magistratura. Substituindo o “se virem e não tragam problemas”, o Tribunal propicia a adequada formação aos novos magistrados, em curso formatado com o propósito de dotá-los dos conhecimentos e habilidades necessários ao desempenho do honroso cargo. Ao invés de levar os processos para casa e confeccionar pessoalmente todos os despachos e decisões, hoje contamos com quadros qualificados de assessoramento e aumento considerável de cargos nas diversas carreiras, em primeiro e segundo graus. Inegável que a digitalização do acervo processual, somada à universalização dos processos eletrônicos, empurrou-nos para o terreno da modernidade laboral. Impossível desconhecermos que a implantação de avançados instrumentos gerenciais e recursos tecnológicos, aliados à dilatação de assessorias e aos modos de produtividade remota, dentre outros, possibilitaram um salto quantitativo e qualitativo no nosso ranking perante outras Cortes Estaduais. Entendo, respeito e admiro os que erigem a bandeira da pauta remuneratória. No entanto, pondero que a nossa profissão, a nossa missão, não se esgota nem se resume a essa luta, por mais digna e valiosa que seja. Muito além vai o nosso múnus. A magistratura tem o mistério de profundidade do magistério e o enigma de grandeza das majestades imperscrutáveis. Em sua feição de magistério, o julgador é um educador, cuja principal pilastra é o exemplo. Uma sentença ganha mais respeitabilidade quando proferida por alguém de conduta modelar e, sobretudo, irreprochável. Aí reside, também sua segunda face: a grandeza, pois o ofício de julgar implica abraçar uma tarefa de contornos indecifráveis. As salvaguardas protetivas com que o Constituinte abonou a magistratura – vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade vencimental – têm, na verdade, uma finalidade social: dotar a prestação jurisdicional da imprescindível imunidade às nocivas influências externas. Colegas: Bem-vindos à Judicatura! Ide, pois, exercê-la conscientes de perseguir nada menos que a excelência na prestação jurisdicional. Tratai com altivez e destemor aos potentes. Reservai, porém, vossa poderosa energia e sensibilidade para os mais vulnerabilizados. Evitem a constrição patrimonial açodada. Mirem com prioridade o consumidor humilde, honesto e espoliado. Assinem, com serena alegria, alvarás de soltura e éditos liberatórios, quando necessários a alguém injustamente encarcerado. No entanto, jamais regateiem em determinar a custódia quando confrontados com a gravidade de um crime e constatada a materialidade e autoria. Exerçam o vosso mister com autocontenção e compostura. Não sejam apáticos, mas evitem sucumbir aos apelos midiáticos. Falem mais nos autos que nos átrios, nos pátios ou nas redes sociais. Cuidem da higidez dos processos e de vossa higiene mental. Alimentem balanceadamente as vossas almas. Deem o melhor de si em cada ato. Ajam com o espírito puro. Mirem o futuro! Que o Altíssimo vos prodigalize com as mais ricas bênçãos! Muito Obrigado!” Após, convidou o Excelentíssimo Senhor Juiz Substituto, Dr. **Rodrigo Santos Valle da Comarca de Paraipaba**, que discursou em nome dos demais empossados, nos seguintes termos: “Excelentíssimo Senhor Presidente, Desembargador Abelardo Benevides Moraes, na pessoa de Vossa Excelência eu cumprimento todos os membros e colaboradores deste Tribunal de Justiça, os representantes das demais instituições, meus colegas empossados e os familiares e amigos que se fazem presentes, presencialmente, virtualmente ou por memória. Para este discurso, Senhor Presidente, talvez me falte representatividade por não ter nascido cearense, mas o faço carregando o sangue de origem nordestina dos meus avós que foram a Brasília na Década de 50 como trabalhadores pioneiros. Assim, sinto-me um pouco nordestino, embora falte muito para chegar perto das brilhantes mentes cearenses que obtiveram êxito neste concurso e em todos os outros que fiz por este País. Hoje, há 14 vidas que se reúnem após anos de espera, cada um com uma trajetória singular traçada nos mais diversos cantos do Brasil. Mas eu gostaria de aproveitar este discurso para ressaltar o motivo que nos reúne, que é cada um dos jurisdicionados do Estado do Ceará. Este discurso, portanto, é um compromisso em nome dos empossados que compõem a última turma do Concurso de 2018 deste Tribunal. Um compromisso perante cada jurisdicionado que bater às portas do Poder Judiciário, seja na Capital ou nos locais mais distantes deste Estado, do sertão ao litoral. As 14 vidas que hoje se reúnem tiveram em suas trajetórias, necessariamente, por imposição legal, alguns anos de atividade jurídica. E disso se extrai um dos únicos elos inafastáveis entre nós, que é saber que todo processo judicial carrega algum sofrimento. Todo processo judicial gera dor. Seremos, portanto, gestores de sofrimentos e dores, porque o Poder Judiciário é a última porta dos angustiados. O compromisso que aqui se faz é que esta consciência nunca seja esquecida, porque, se desejamos todos os dias estar aqui, durante os quatro anos desde o final do concurso, tivemos esse mesmo período para assimilar a chegada da responsabilidade de lidar com as angústias do próximo. O compromisso é de fazer valer a célere resposta a cada uma dessas angústias, contra qualquer interesse que seja, público ou privado. O compromisso é de assegurar a cada cidadão em situação de vulnerabilidade o devido respeito do Poder Judiciário. Aqueles que convivem no meio jurídico certamente conhecem o conto do moleiro de Sans-Souci (“san-suci”), de François Andrieux (“françaô andriê”). Trata-se da história de um humilde moleiro que resistia perante o Rei da Prússia ao despejo de sua residência. Indagado o motivo de tanta resistência, o moleiro afirmara: “Ainda há Juízes em Berlim”. Para aquele humilde senhor, a Justiça, aquela com a qual contava, não haveria de distingui-lo do Rei. E aqui afirmamos o compromisso: cada cidadão, de cada canto deste Estado, terá a adequada importância perante os hoje empossados, contra qualquer autoridade ou maioria que se tente impor em detrimento de direitos fundamentais. Portanto, integrantes de grupos vulneráveis ou vulnerabilizados, recebam este discurso como um compromisso. População negra do Estado do Ceará, a primeira provinciabrásileira a abolir a escravidão – e, por isso mesmo, um Estado conhecido como Terra da Luz –, nós sabemos que os 140 anos transcorridos desde a Data Magna do Ceará ainda não foramsuficientes a assegurar a igualdade; Mulheres submetidas a tratamento desigual, histórico de violência doméstica e tantas vezes revitimizadas durante um processo judicial... Nós teremos consciência de sua condição de vulnerabilidade; Povos originários deste Estado, dos quais menciono, com o perdão da possível pronúncia incorreta, os Tapebas, Anacés, Pitaguays e Jenipapos-Kanindé, que lutam contra seu apagamento histórico; População LGBTQIA+; Crianças e Adolescentes institucionalizados; Pessoas com deficiência; Pessoas vítimas da variabilidade climática e de desastres naturais; Imigrantes e refugiados; População em situação de rua; Vítimas da desnutrição... E, ainda, aqueles que Eduardo Galeano chamou de “ninguéns”... “Os filhos de ninguém, os donos de nada / os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, mal pagos: que não são, embora sejam. / que não são seres humanos, são recursos humanos. / que não têm cara, têm braços. / que não têm nome, têm número.” E posso ainda mencionar Manuel Bandeira, que diria em um de seus desabaços que, no caminho até este prédio, “(...) viu um bicho, na imundície do pátio, catando comida entre os detritos. / Quando achava alguma coisa, Não examinava nem cheirava: Engolia com voracidade. / O bicho não era um cão, Não era um gato, Não era um rato. O bicho, meu Deus, era um homem”. Estas pessoas, colegas empossados, justificam a existência de nosso trabalho. Mas que não nos sintamos protagonistas! Porque o Juiz não é parte e não vence, o Juiz apenas serve. O Juiz não celebra seus atos judiciais, mas, apenas, em silêncio, adquire a cada caso um pouco mais de experiência para compreensão das vicissitudes humanas. Haverá momentos de solidão, incerteza, aflição, comoção e, talvez o pior dos sentimentos para um Juiz: impotência. Muitas vezes bombardeados por aqueles que não compreendem os limites e as agruras da atividade jurisdicional, precisaremos a todo momento equilibrar a



administração de acervo, as metas nacionais e as expectativas estaduais, a gestão salutar de pessoas, os anseios sociais... É, em questão de minutos, transitar entre o caso de um cidadão humilde que pretenda reaver um porquinho de estimação e o caso de uma multinacional que transaciona por criptoativos. Nesse equilibrar cotidiano, que pratiquemos sempre a temperança e a sobriedade, para representar o que se espera da Magistratura em um regime democrático. Que saibamos julgar cada desfaçatez e cada perversão humanas sem a imposição de arbitrariedades ou a transformação do Poder Judiciário em mecanismo de vingança pública. Exerçamos com humildade, prudência e cautela a força que nos é constitucionalmente atribuída, pois o seu excesso é que a corrói. Senhores, embora em clima de celebração pela conquista, este momento não é um ponto de chegada, mas o início de uma jornada. E como na trajetória de Ulisses rumo a Ítaca, façamos votos de que o caminho seja longo, repleto de aventuras, repleto de saber. Que o ponto final desta jornada, a realização da Justiça, esteja a todo tempo em nossa mente, mas que não nos apressemos, porque é o próprio caminho que nos ensinará o que é a Justiça. Por fim, em nome de cada um dos aprovados, encerro este discurso dirigindo-me aos familiares e amigos que nos acompanham. Em toda a nossa trajetória, vocês foram, são e serão as verdadeiras Excelências. Os gigantes sobre os ombros dos quais podemos nos apoiar para olhar ao horizonte e afirmar: Ainda há e haverá Juízes no Estado do Ceará. Vamos em frente. Obrigado.” Dando prosseguimento à cerimônia, o Excelentíssimo Senhor Desembargador **ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; o **Excelentíssimo Senhor Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará** e a **Excelentíssima Senhora Desembargadora MARIA EDNA MARTINS, Corregedora-Geral da Justiça do Estado do Ceará, entregaram os Termos de Posse aos novos Juizes e Juíza substitutos empossados: Rodrigo Santos Valle; Isaac Dantas Bezerra Braga; Daniel Alves Mendes Filho; Rodrigo Campelo Diógenes, foi convidado para fazer a entrega o Excelentíssimo Senhor Desembargador Federal Agapito Machado; Suetônio de Souza Valgueiro de Carvalho Cantarelli; Célio Antonio Dias, foi convidada para fazer a entrega, a acadêmica de direito, filha do magistrado, Vivian Parreira Borges Dias; Valdir Vieira Júnior; Maycon Robert Moraes; Tomé Silviny de Melo Barros; Luiz Vinicius de Holanda Bezerra Filho; Marcos Bottin; Ana Paula Hessmann Gonzalez; Marcelo Veiga Vieira, foi convidada para fazer a entrega a Juíza do TJCE, Amaíara Cisne Gomes e Joseph Raphael Alencar Brandão, foi convidado para fazer a entrega o Juiz do TJPE. Na sequência, os Juizes e Juíza substitutos empossados foram convidados a posarem para a foto oficial. E, como nada mais houvesse a tratar, declarou-se encerrada a presente sessão solene, lavrando-se a presente Ata, a qual, lida e aprovada, vai assinada.**

Fortaleza (CE), 12 de janeiro de 2024

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Secretário-Geral Judiciário

ÓRGÃO ESPECIAL

DESPACHO DOS RELATORES- Órgão Especial

DESPACHO

Nº 0627936-06.2023.8.06.0000/50001 - Embargos de Declaração Cível - Embargante: Estado do Ceará - Embargada: Bruna de Magalhães Morais - Custos legis: Ministério Público Estadual - Intime-se a parte embargada, para, no prazo indicado no art. 1.023, § 2º, do CPC, manifestar-se a respeito do teor do recurso em destaque. Ao final, retornem-me os autos conclusos. Expedientes necessários. Fortaleza, data indicada pelo sistema. FRANCISCO GLADYSON PONTES Relator - Adv: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Thiago Nogueira Melo (OAB: 24610/CE)

DESPACHO

Nº 0003552-77.2013.8.06.0000/50001 - Agravo Interno Cível - Fortaleza - Agravante: Estado do Ceará - Agravada: Claudia Feitosa Peixoto Maia - Intime-se a Recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de páginas 1/5, no prazo legal (artigo 1.021, § 2º, CPC). Expedientes necessários. Fortaleza, data e hora indicadas pelo sistema. Desembargador Francisco Eduardo Torquato Scorsafava Relator - Adv: Procuradoria Geral do Estado do Ceará - Alexandre França Magalhães (OAB: 13817/CE) - Gabriela Nascimento Lima (OAB: 13105/CE)

DESPACHO

Nº 0077668-88.2012.8.06.0000 - Mandado de Segurança Cível - Impetrante: Benedita Sampaio de Andrade - Impetrado: Secretário de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará - Impetrado: Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Ceará - Custos legis: Ministério Público Estadual - Intimem-se os impetrados para se manifestarem sobre o pedido de habilitação do espólio de BENEDITA SAMPAIO DE ANDRADE, requerido às fls. 348/369, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando nova manifestação às fls. 382/383.

Empós, retornem-me conclusos os autos.

Expedientes necessários.

Fortaleza, 23 de janeiro de 2024